



ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL NO PARANÁ – PODER EXECUTIVO / PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Apresentação

Prezado(a) Senhor(a) Prefeito(a),

O Ministério Público de Contas do Estado do Paraná — MPC-PR, em cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Paraná — OAB/PR, encaminha a Vossa Excelência o presente questionário para o Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Paraná — Poder Executivo/Procuradoria-Geral do Município.

A iniciativa insere-se no âmbito do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o MPC-PR e a OAB/PR, visando a colaboração institucional para fins de elaboração de um diagnóstico da advocacia pública municipal, o desenvolvimento das carreiras e o fortalecimento das Procuradorias em atuação no Estado do Paraná, para melhor atender as demandas Municipais.

As informações prestadas serão essenciais para a elaboração de um diagnóstico técnico, amplo e fidedigno da advocacia pública municipal paranaense, permitindo identificar boas práticas, desafios estruturais e caminhos para o aperfeiçoamento da governança jurídica local.

Por oportuno informamos que o questionário deverá ser respondido no período de 08 de junho a 22 de junho de 2026. Não sendo respondido o questionário no prazo indicado, a título colaborativo, poderá ser respondido por servidores integrantes da procuradoria ou do controle interno, no período de 23 de junho a 30 de junho de 2026.

Por fim, salientamos que o questionário respondido será utilizado tão somente para fins da elaboração do relatório denominado Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Paraná, e não acarretará qualquer tipo de responsabilização sancionatória; entretanto, alerta-se aos

Municípios que optarem por não responder que os respectivos entes serão prioritariamente incluídos na apuração de inconformidades detectadas a partir da análise das informações constantes das bases de dados do Tribunal de Contas.

O MPC-PR e a OAB/PR agradecem, desde já, a atenção e a colaboração institucional, certo de que a participação do Poder Executivo do seu Município será decisiva para o fortalecimento e a valorização da advocacia pública municipal e a promoção de uma Administração Pública mais íntegra, eficiente, transparente e juridicamente segura.

Instruções gerais

- *Este questionário deve ser respondido pela instituição destinatária (Poder Executivo/Procuradoria-Geral do Município), e não por advogado público/procurador individualmente considerado, no período de 08 de junho a 22 de junho de 2026. Atenção: Não sendo respondido o questionário no prazo indicado, a título colaborativo, poderá ser respondido por servidores integrantes da procuradoria ou do controle interno, no período de 23 de junho a 30 de junho de 2026.*
- *As perguntas estão organizadas em eixos temáticos e indicam o tipo de resposta: única, múltipla, numérica ou aberta.*
- *Quando houver exigência de comprovação, informar link público do ato normativo.*
- *Quando uma pergunta não for compatível com a estrutura do órgão/entidade respondente, utilizar a alternativa “Não se aplica”.*
- *Eventual omissão no envio do questionário respondido não acarretará qualquer tipo de responsabilização sancionatória, mas os Municípios inertes serão prioritariamente incluídos na apuração de inconformidades detectadas a partir da análise das informações constantes das bases de dados do Tribunal de Contas.*
- *Em caso de dúvida quanto ao preenchimento do presente questionário, favor entrar em contato pelo e-mail: projetompc.procuradorias@gmail.com*

EIXO 1 – IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Entidade e CNPJ - MUNICÍPIO DE/DA:

[Campo de caixa de seleção para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Procurador-Geral/Dirigente máximo do órgão jurídico:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Responsável pelo preenchimento:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do(a) responsável pelo preenchimento:

- Procurador-Geral
- Representante Legal
- Procurador
- Controle Interno
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

Responsável pela validação das respostas:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do(a) responsável pela validação das respostas:

- Procurador-Geral
- Representante Legal
- Procurador
- Controle Interno
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

Número da demanda recebida via Canal de Comunicação (CACO):

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA

1. Há Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) criada na estrutura administrativa do Município?

- Sim
- Não
- Não se aplica

2. Não havendo Procuradoria criada, os advogados públicos estão lotados/vinculados a qual órgão da estrutura administrativa?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Gabinete do Chefe do Poder
- Secretaria de Administração ou análoga
- Secretaria relacionada à área de atuação
- Outro órgão não relacionado nas alternativas anteriores
- Não se aplica (há Procuradoria estruturada)

3. O Município possui lei específica para regular a atuação da Procuradoria (ou unidade

equivalente de advocacia pública), com a descrição de atribuições?

- Sim
- Não

3.1 Em caso afirmativo na questão 3, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

4. A Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) está expressamente prevista na Lei Orgânica ou em diploma normativo estrutural equivalente do ente municipal?

- Sim
- Não
- Não se aplica

4.1 Em caso afirmativo na questão 4, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

5. A legislação local exige lei complementar ou outro quórum/formalidade específica para criação, organização ou alteração da Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública)?

- Sim
- Não
- Não se aplica

5.1 Em caso afirmativo na questão 5, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

6. A Procuradoria (ou unidade correspondente de advocacia pública) possui status administrativo equivalente ao de Secretaria, Diretoria-Geral, Superintendência ou unidade de primeiro escalão?

- Sim, equivalente a Secretaria ou órgão de primeiro escalão
- Sim, equivalente a Diretoria-Geral/Superintendência
- Não, está subordinada a outro órgão
- Não se aplica

7. Existe Conselho Superior, Colégio de Procuradores, comitê gestor, comissão técnica ou outra instância colegiada de deliberação técnica, administrativa ou estratégica da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

[Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis]

- Sim, Conselho Superior ou Colégio de Procuradores
- Sim, comitê gestor permanente

- *Sim, comissões técnicas permanentes ou temporárias*
- *Sim, outra instância colegiada*
- *Não*

7.1 Em caso de afirmativo na questão 7, considerando outra instância colegiada, qual?
 [Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

8. Há especialização da advocacia pública/procuradoria por áreas de atuação (por exemplo: tributária, administrativa, contenciosa cível, fundiária, urbanística, trabalhista, previdenciária, controle externo, entre outras)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, há divisão formal de atribuições por áreas previstas em norma*
- *Sim, há divisão informal/administrativa por áreas, sem norma específica*
- *Não, todos os procuradores atuam de forma genérica em todas as áreas*
- *Não se aplica*

9. A organização da atuação finalística da Procuradoria (ou unidade equivalente) observa qual modelo predominante de divisão interna?

- *Divisão por tipo de atividade jurídica (consultivo, contencioso, cobrança/dívida ativa, assessoramento, etc.)*
- *Divisão por especialidade temática ou matéria (tributária, saúde, pessoal, licitações, urbanismo, meio ambiente, etc.)*
- *Divisão combinada por tipo de atividade jurídica e especialidade temática no mesmo nível organizacional*
- *Divisão por tipo de atividade jurídica, com subdivisões internas por matéria*
- *Não há divisão interna formal ou administrativa*

10. Há núcleo, setor ou equipe especializada em cobrança judicial/extrajudicial, dívida ativa, execução fiscal ou recuperação de créditos públicos?

- *Sim, com estrutura formal prevista em norma*
- *Sim, com estrutura administrativa informal*
- *Não*
- *Não se aplica*

11. Há unidade, núcleo ou fluxo específico para triagem, distribuição e controle inicial das demandas jurídicas recebidas pela Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, unidade formal de triagem/distribuição*
- *Sim, fluxo automatizado em sistema eletrônico*
- *Sim, procedimento informal/manual*
- *Não*

12. Há unidade, setor ou apoio técnico específico para elaboração de cálculos, atualização de valores, estimativas de impacto financeiro ou liquidação de decisões judiciais/administrativas?

- *Sim, unidade própria da Procuradoria*
- *Sim, unidade de outro órgão que presta apoio à Procuradoria*
- *Sim, apoio terceirizado ou contratado*
- *Não*

13. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui corregedoria, órgão disciplinar ou instância interna de controle funcional dos advogados públicos/procuradores?

- *Sim, corregedoria própria formalmente instituída*
- *Sim, órgão disciplinar vinculado a outro órgão do ente*
- *Não*
- *Não se aplica*

14. A Lei Orgânica do Município prevê a possibilidade de o(a) Procurador(a)-Geral assumir a função de Prefeito(a) Municipal, na linha de substituição, em caso de impedimento do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

15. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui representação ou escritório avançado junto à Capital do Estado, a Brasília ou a outras localidades para atuação perante Tribunais Superiores ou órgãos federais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, representação na capital do Estado*
- *Sim, representação em Brasília*
- *Sim, em outra(s) localidade(s)*
- *Não*
- *Não se aplica*

15.1 Em caso de afirmativo na questão 15, considerando outra(s) localidade(s), qual(is)?
[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

16. A Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) atua na representação judicial e/ou consultoria jurídica de entidades da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, de todas as entidades da administração indireta*
- *Sim, apenas de autarquias e fundações*
- *Sim, de algumas entidades*
- *Não, as entidades possuem corpo jurídico próprio*
- *Não se aplica*

16.1 Em caso afirmativo na questão 16, considerando algumas entidades, quais?
[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 3 – QUADRO DE PESSOAL E PROVIMENTO DE CARGOS

17. Qual o número de procuradores/advogados públicos efetivos em atividade no Município?

- Até dois
- De três a cinco
- De seis a dez
- De onze a vinte
- De vinte e um a quarenta e nove
- Mais de cinquenta

17.1 Indicar o número exato de procuradores/advogados efetivos em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

18. O Município possui cargos efetivos vagos na carreira jurídica?

- Sim
- Não

18.1 Em caso afirmativo na questão 18, indicar a quantidade de cargos VAGOS:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

19. Qual o número TOTAL de cargos efetivos CRIADOS na carreira jurídica do Município?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

19.1 Número de cargos efetivos PROVIDOS:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

20. Existe estudo técnico, diagnóstico interno, dimensionamento de força de trabalho ou outro instrumento que indique o número necessário de procuradores/advogados públicos para atendimento adequado das demandas do Município?

- Sim
- Não

21. Há critérios objetivos para distribuição dos cargos, lotação dos procuradores/advogados públicos ou alocação de demandas entre áreas de atuação?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, por número de processos
- Sim, por volume/complexidade das demandas
- Sim, por área temática ou especialidade

- *Sim, por critérios territoriais ou unidades descentralizadas*
- *Sim, por outro critério*
- *Não há critérios objetivos formalizados*

21.1 Em caso afirmativo na questão 21, considerando a adoção de outro critério para distribuição de cargos, qual(is)?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

22. Quando foi realizado o último concurso público para provimento de cargos efetivos da área jurídica do Município?

- *Nunca houve concurso público específico para a área jurídica*
- *Há menos de 2 anos*
- *De 2 a 5 anos*
- *De 5 a 10 anos*
- *Há mais de 10 anos*

23. No último concurso público para a carreira jurídica, houve participação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB em todas as fases ou em alguma fase do certame?

- *Sim, em todas as fases*
- *Sim, em algumas fases*
- *Não*
- *Não se aplica*

24. O edital do último concurso público exigiu tempo mínimo de atividade jurídica ou advocacia para inscrição ou posse no cargo?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

24.1 Em caso afirmativo na questão 24, considerando a exigência de tempo mínimo de atividade jurídica, qual o tempo exigido?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

25. A carreira jurídica possui plano de cargos, carreira e salários ou estrutura normativa equivalente de desenvolvimento funcional?

- *Sim*
- *Não*

25.1 Em caso afirmativo na questão 25, considerando a existência de plano de cargos ou estrutura normativa, qual o ato normativo correspondente e o link de acesso?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

26. Há cargos de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Procuradoria (ou unidade equivalente), e qual a forma de provimento desses cargos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, providos exclusivamente por membros efetivos da carreira*
- *Sim, providos preferencialmente por membros efetivos da carreira*
- *Sim, providos por livre nomeação*
- *Sim, providos por designação ou indicação interna*
- *Não há cargos de direção/chefia específicos na unidade jurídica*

27. Existe previsão na legislação local para a indicação do(a) Procurador(a)-Geral (ou chefe da unidade equivalente) dentre os ocupantes de cargo efetivo?

- *Sim*
- *Não*

27.1 Em caso afirmativo na questão 27, considerando a previsão na legislação local para indicação dentre ocupantes de cargo efetivo, qual o ato normativo correspondente e o link de acesso?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

28. Qual o número de assessores jurídicos, e/ou procuradores, e/ou advogados comissionados que atuam no Município?

- *Nenhum*
- *Apenas um*
- *Dois*
- *De três a cinco*
- *De seis a dez*
- *Acima de onze*

28.1 Indicar o número exato de assessores jurídicos comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

28.2 Indicar o número exato de procuradores comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

28.3 Indicar o número exato de advogados comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

29. Havendo advogados comissionados no Município, qual(is) cargo(s) ocupam?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Procurador-Geral (ou chefe da unidade jurídica)*
- *Procurador Adjunto*
- *Diretor do órgão*
- *Assessor Jurídico*
- *Procurador/Advogado lotado em unidade jurídica, sem função de chefia*
- *Não se aplica*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

30. Há, no Município, advogados públicos/procuradores contratados sob o regime celetista (CLT) atuando nas atividades jurídicas?

- *Sim*
- *Não*

31. Além do quadro próprio de advogados públicos/procuradores, o Município mantém contratos ativos celebrados por inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei nº 14.133/2021, ou base anterior) com advogados ou escritórios de advocacia particulares?

- *Sim*
- *Não*

32. O Município mantém contratos ativos com advogados ou escritórios de advocacia particulares celebrados mediante licitação, para apoio ou execução de atividades jurídicas?

- *Sim*
- *Não*

33. Os contratos com advogados ou escritórios de advocacia particulares, quando existentes, destinam-se a demandas específicas ou à representação jurídica sistemática/constante do Município?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Demandas específicas, especializadas ou excepcionais*
- *Representação jurídica sistemática, cotidiana ou constante*
- *Consultoria/assessoramento jurídico contínuo*
- *Atuação em processos de massa*
- *Não se aplica*

34. Há rotatividade expressiva (evasão) de procuradores/advogados públicos efetivos no Município (por exoneração voluntária, aposentadoria precoce, redistribuição ou aprovação em outro concurso público)?

- *Sim, há rotatividade expressiva*
- *Sim, há rotatividade moderada*
- *Não, a rotatividade é baixa*
- *Não se aplica*

35. Quais os principais fatores que, na percepção da instituição, contribuem para a evasão de procuradores/advogados públicos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Remuneração insuficiente ou abaixo do mercado*
- *Ausência de plano de carreira ou progressão funcional*
- *Sobrecarga de trabalho*
- *Falta de infraestrutura ou condições de trabalho*
- *Aprovação em outros concursos públicos*

- *Desvalorização institucional da carreira*
- *Não se aplica*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

EIXO 4 – REGIME JURÍDICO E CESSÃO DE PESSOAL

36. Qual o regime jurídico adotado para o provimento de cargos da área jurídica no Município?

- Estatutário
- Celetista
- Ambos

36.1 Indicar o ato normativo correspondente ao regime jurídico adotado e o respectivo link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

37. Há advogados públicos/procuradores do Município atualmente cedidos a outros órgãos ou entidades (no Município, no Estado, na União ou em outros entes federativos)?

- *Sim*
- *Não*

38. O Município recebe advogados/procuradores cedidos por outros órgãos ou entidades para atuação em suas atividades jurídicas?

- *Sim*
- *Não*

EIXO 5 – REMUNERAÇÃO, VANTAGENS E REGIME REMUNERATÓRIO

39. O Município adota o regime de subsídio para a remuneração das carreiras jurídicas?

- *Sim*
- *Não*

39.1 Em caso afirmativo na questão 39, indicar o ato normativo correspondente e o respectivo link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

40. Caso o regime remuneratório adotado seja o de vencimentos (e não o de subsídio),

os ocupantes dos cargos das carreiras jurídicas recebem ou podem receber vantagens pecuniárias, como adicionais ou gratificações? Se sim, quais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Adicional por tempo de serviço
- Adicional de função
- Adicional de titulação
- Gratificação de serviço
- Gratificação pessoal
- Não se aplica (adota-se o regime de subsídio)
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

40.1 Em caso afirmativo na questão 40, considerando o recebimento de vantagens pecuniárias, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

41. O Município respeita o piso ético fixado pela OAB/PR (R\$ 4.881,70) para uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais na fixação do subsídio (ou na remuneração constante da tabela de vencimentos, como salário-base) das carreiras jurídicas?

- Sim
- Não

42. Indique a alternativa em que se enquadra a remuneração bruta atualmente prevista para o cargo inicial da carreira jurídica do Município:

Informação institucional, não individual.

- Até três salários-mínimos (R\$ 4.863,00)
- De três a cinco salários-mínimos (de R\$ 4.863,00 a R\$ 8.105,00)
- De cinco a dez salários-mínimos (de R\$ 8.105,00 a R\$ 16.210,00)
- De dez a vinte salários-mínimos (de R\$ 16.210,00 a R\$ 32.420,00)
- Acima de vinte salários-mínimos (acima de R\$ 32.420,00)

42.1 Considerando a questão 42, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

43. Há previsão de adicional ou gratificação por produtividade, dedicação exclusiva, substituição, assunção de cargo/função ou representação perante tribunais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Adicional/gratificação por produtividade
- Adicional/gratificação por dedicação exclusiva
- Adicional/gratificação por substituição, assunção de cargo ou função
- Adicional/gratificação por representação perante tribunais
- Não há previsão

43.1 Em caso afirmativo na questão 43, considerando a previsão de adicionais ou

gratificações, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

44. Há adicional salarial por pós-graduação, titulação acadêmica ou formação complementar dos integrantes da carreira jurídica?

- Sim
- Não

44.1 Em caso afirmativo na questão 44, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

45. Qual o teto remuneratório aplicado no ente federativo em relação à remuneração dos advogados ou procuradores que atuam no Poder Executivo?

- O subsídio do Prefeito
- O subsídio do Desembargador do TJ/PR (na forma do art. 37, § 12, da CF)
- O subsídio do Ministro do STF

46. O sistema remuneratório adotado no âmbito do Poder Executivo é similar ao adotado no Poder Legislativo do ente federativo?

- Sim
- Não, há divergências de cargas horárias e a remuneração no Legislativo é inferior
- Não, há divergências de cargas horárias e a remuneração no Legislativo é superior
- Não, a carga horária é equivalente, mas a remuneração no Legislativo é inferior
- Não, a carga horária é equivalente, mas a remuneração no Legislativo é superior

47. O Município observa adequadamente o preceito do art. 37, inciso XII, da Constituição Federal (irredutibilidade e isonomia entre vencimentos)?

- Sim
- Não

48. A legislação do Município permite o exercício da advocacia em caráter privado pelos advogados públicos/procuradores?

- Sim, expressamente
- Não, há vedação expressa contida na lei
- Sim, adota-se as regras do Estatuto da OAB

48.1 Considerando a questão 48, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

49. Os advogados públicos/procuradores do Município recebem honorários de sucumbência?

- Sim

- Não

50. Em caso afirmativo na questão 49, os honorários de sucumbência são pagos exclusivamente ao(à) Procurador(a)-Geral e aos advogados/procuradores concursados?

- Sim
- Não, servidores comissionados também percebem honorários de sucumbência
- Não se aplica

51. Se há recebimento de honorários de sucumbência, o Município possui ato formal regulamentando a distribuição?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, lei específica
- Sim, na lei relacionada à carreira
- Sim, por decreto ou portaria
- Não possui ato formal de regulamentação
- Não se aplica

51.1 Em caso afirmativo na questão 51, considerando a existência de ato formal regulamentando a distribuição, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

52. Se há recebimento de honorários de sucumbência, há registro de entrada como receita orçamentária?

- Sim
- Não
- Não se aplica

53. Se há recebimento de honorários de sucumbência, há retenção parcial dos valores para o ente público?

- Sim, para uso não vinculado
- Sim, para uso específico da procuradoria (equipamentos, livros, cursos, etc.)
- Não há retenção para o ente
- Não se aplica

54. Como é gerida a distribuição dos honorários de sucumbência?

- Comissão especial designada pela autoridade máxima do órgão/ente
- Comissão de procuradores
- Outro órgão administrativo
- Entidade desvinculada da Administração Pública
- Não se aplica

55. Qual é o valor da média mensal paga a título de honorários de sucumbência?

- Até R\$ 5.000 mensais

- De R\$ 5.001 a R\$ 10.000 mensais
- De R\$ 10.001 a R\$ 15.000 mensais
- De R\$ 15.001 a R\$ 20.000 mensais
- Acima de R\$ 20.000 mensais
- Não se aplica

56. Quais despesas são suportadas com os recursos advindos dos honorários de sucumbência?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Quota-parte de honorários de sucumbência
- Auxílio-saúde
- Auxílio-alimentação
- Diárias
- Inscrição em congressos, cursos e seminários, ou evento equivalente
- Ressarcimento de combustível
- Ressarcimento de material de expediente
- Aquisição de equipamentos destinados aos advogados e procuradores
- Passagens aéreas ou outras despesas de transporte
- Não se aplica
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

57. Há fundo próprio, conta específica ou mecanismo equivalente para gestão de recursos vinculados à Procuradoria (ou unidade equivalente), inclusive honorários de sucumbência, subvenções, doações, auxílios, aplicações financeiras ou outras receitas?

- Sim, fundo próprio instituído por lei
- Sim, conta específica ou mecanismo equivalente
- Não
- Não se aplica

57.1 Em caso afirmativo na questão 57, considerando a existência de fundo ou conta específica, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 6 – ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA E GESTÃO DE RECURSOS

58. A Procuradoria (ou unidade equivalente) elabora proposta orçamentária própria ou participa formalmente da elaboração da proposta orçamentária anual relativa às suas despesas?

- Sim, elabora proposta própria
- Sim, participa formalmente da elaboração da proposta

- Não, a proposta é elaborada exclusivamente por outro órgão
- Não se aplica

59. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui autonomia administrativa para execução das despesas consignadas em seu orçamento?

- Sim, plena autonomia administrativa para execução orçamentária
- Sim, autonomia parcial
- Não, a execução depende de autorização de outro órgão
- Não se aplica

EIXO 7 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA

60. Há controle de jornada de trabalho para os ocupantes dos cargos da carreira jurídica?

- Sim
- Não

61. Em caso de controle de jornada, como é realizado?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Ponto eletrônico*
- *Folha-ponto*
- *Relatório de atividades/produktividade*
- *Verificação de cumprimento de prazos*
- *Verificação de acesso aos sistemas do ente federativo*
- *Não se aplica*

62. O Município proporciona espaço adequado e reservado para os servidores das carreiras jurídicas atuarem?

- Sim
- Não

63. Qual a situação do imóvel ou espaço físico utilizado pela Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Imóvel próprio*
- *Imóvel alugado*
- *Imóvel cedido*
- *Espaço compartilhado em imóvel de outro órgão*
- *Não há espaço físico específico*

64. O órgão ao qual os procuradores/advogados públicos estão vinculados fornece equipamentos adequados para o exercício da profissão (computador, sistemas, conexão, mobiliário, etc.)?

- *Sim*
- *Não*

65. Os equipamentos e mobiliários disponibilizados aos procuradores/advogados públicos e servidores de apoio são ergonomicamente adequados e compatíveis com as necessidades do trabalho?

- *Sim, integralmente*
- *Sim, parcialmente*
- *Não*

66. A Procuradoria (ou unidade equivalente) dispõe de salas de reunião com recursos audiovisuais, espaço para atendimento ao público e condições de acessibilidade?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Salas de reunião adequadas*
- *Recursos audiovisuais*
- *Espaço para atendimento ao público*
- *Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida*
- *Segurança contra acidentes*
- *Não dispõe desses itens*

67. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui quadro próprio ou equipe permanente de apoio administrativo, técnico, tecnológico ou multidisciplinar?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Servidores administrativos efetivos lotados permanentemente*
- *Servidores requisitados/cedidos*
- *Empregados terceirizados, exceto limpeza e vigilância*
- *Equipe técnica de tecnologia da informação*
- *Equipe multidisciplinar (contábil, econômica, engenharia, assistência social, psicologia, etc.)*
- *Estagiários de Direito remunerados*
- *Estagiários de Direito voluntários*
- *Estagiários ou residentes de áreas administrativas/técnicas*
- *Não possui equipe de apoio*

68. O Município adota políticas ou ações de qualidade de vida no trabalho, saúde ocupacional ou prevenção de adoecimento relacionadas aos integrantes da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, por programa formal*
- *Sim, por ações eventuais*
- *Não*

69. Há regulamentação de modalidades de trabalho remoto, teletrabalho ou regime híbrido para os integrantes da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, regulamentação prevendo apenas o trabalho presencial*
- *Sim, regulamentação prevendo modelo híbrido (presencial e home office)*
- *Sim, regulamentação prevendo teletrabalho integral (totalmente remoto)*
- *Não há regulamentação específica sobre modalidades de trabalho*

70. Existe avaliação de desempenho individual dos advogados públicos/procuradores e demais colaboradores da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, avaliação periódica formal com critérios definidos*
- *Sim, avaliação eventual ou informal*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 8 – TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

71. O Município utiliza sistemas eletrônicos de gestão jurídica (controle de processos, prazos, fluxos de pareceres, peticionamento eletrônico, entre outros)?

- *Sim, sistema próprio desenvolvido pelo Município*
- *Sim, sistema contratado de terceiros (software comercial)*
- *Sim, sistema disponibilizado por outro órgão (ex.: TJ/PR, MP, Estado)*
- *Não, o controle é feito de forma manual ou por planilhas*
- *Não se aplica*

72. O Município utiliza sistemas de inteligência artificial (IA) ou jurimetria no apoio à atuação da advocacia pública/procuradoria?

- *Sim, sistema próprio desenvolvido pelo Município*
- *Sim, sistema contratado de terceiros (software comercial)*
- *Sim, sistema disponibilizado por outro órgão (ex.: TJ/PR, MP, Estado)*
- *Não, o controle é feito de forma manual ou por planilhas*
- *Não se aplica*

73. Existe política formal de renovação periódica de equipamentos eletrônicos utilizados pela Procuradoria (computadores, notebooks, scanners, projetores, telefones, certificados digitais, etc.)?

- *Sim, com ciclo definido de renovação*
- *Sim, sem ciclo definido*
- *Não*

74. Os fluxos de trabalho da Procuradoria (ou unidade equivalente) estão mapeados, digitalizados ou automatizados?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Há mapeamento formal de fluxos de trabalho*
- *Há digitalização de processos internos*

- Há automação de distribuição/triagem de demandas
- Há automação de minutas, documentos ou rotinas repetitivas
- Não há mapeamento, digitalização ou automação relevante

75. Os sistemas eletrônicos utilizados pela Procuradoria são integrados a sistemas internos do Município e/ou a sistemas externos do Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Ministério Público, Receita/Fazenda ou outros órgãos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, integração interna com sistemas do Município
- Sim, integração externa com sistemas do Poder Judiciário
- Sim, integração externa com sistemas de órgãos de controle
- Sim, integração externa com sistemas fazendários/tributários
- Não há integração
- Não se aplica

76. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui banco de dados estruturado, repositório institucional ou solução em nuvem para armazenamento, consulta e preservação de informações jurídicas?

- Sim, banco de dados próprio
- Sim, repositório institucional compartilhado
- Sim, solução em nuvem
- Não

77. Há política, norma ou procedimento de segurança da informação, proteção de dados pessoais e controle de acesso aplicável às atividades da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- Sim, política/norma específica da Procuradoria
- Sim, política/norma geral do Município
- Não

77.1 Em caso afirmativo na questão 77, considerando a existência de política/norma, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

78. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui dados consolidados sobre o número de processos, demandas consultivas, execuções fiscais/cobranças e valores financeiros envolvidos ou recuperados?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, volume de processos contenciosos
- Sim, valor movimentado no contencioso
- Sim, volume de demandas consultivas
- Sim, estimativa de valor associado às demandas consultivas
- Sim, volume de execuções fiscais/cobranças
- Sim, valor inscrito, cobrado, recuperado ou economizado

- Não possui dados consolidados

79. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui política, fluxo ou equipe específica para gerenciamento de processos de massa ou demandas repetitivas?

- Sim, com equipe ou núcleo específico
- Sim, com fluxo padronizado em sistema
- Sim, com teses/modelos padronizados
- Não
- Não se aplica

EIXO 9 – ATUAÇÃO INSTITUCIONAL, TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

80. A Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) emite pareceres com caráter normativo (vinculantes para a Administração) sobre temas reiterados?

- Sim
- Não
- Não se aplica

81. Os pareceres jurídicos emitidos pela Procuradoria (ou unidade equivalente) são públicos e disponibilizados em portal de transparência ou banco de pareceres acessível?

- Sim, todos os pareceres são públicos
- Sim, apenas os pareceres normativos são públicos
- Não, os pareceres não são públicos
- Não se aplica

81.1 Em caso afirmativo na questão 81, considerando que os pareceres são públicos, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

82. A Procuradoria (ou unidade equivalente) elabora relatórios periódicos de atuação (por exemplo, relatórios anuais, semestrais ou outros) com indicadores quantitativos e qualitativos?

- Sim, relatórios públicos e disponibilizados externamente
- Sim, relatórios internos (não disponibilizados ao público em geral)
- Não
- Não se aplica

82.1 Em caso afirmativo na questão 82, considerando a elaboração de relatórios públicos, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

83. Existe prestação de contas institucional da Procuradoria (ou unidade equivalente), no formato de relatório anual, audiência pública, ou outro mecanismo de divulgação dos resultados da atuação?

- Sim
- Não

84. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui ouvidoria própria, canal específico de manifestação do cidadão ou fluxo institucionalizado para recebimento de dúvidas, reclamações, sugestões ou denúncias relacionadas à sua atuação?

- Sim, ouvidoria própria
- Sim, canal específico vinculado à ouvidoria geral do Município
- Sim, e-mail/telefone/formulário próprio
- Não

85. A Procuradoria (ou unidade equivalente) realiza campanhas, publicações ou ações periódicas de divulgação de seus serviços, resultados, orientações jurídicas ou formas de atendimento ao cidadão e aos órgãos internos?

- Sim, com periodicidade definida
- Sim, eventualmente
- Não

86. Há programa, núcleo, câmara ou fluxo institucional voltado à mediação, conciliação, negociação, arbitragem ou outro meio adequado de prevenção e resolução de conflitos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, mediação
- Sim, conciliação
- Sim, negociação administrativa
- Sim, arbitragem
- Sim, termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente
- Não

87. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui planejamento estratégico formalizado, metas institucionais ou indicadores de desempenho?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, planejamento estratégico formalizado
- Sim, metas institucionais anuais ou plurianuais
- Sim, indicadores de desempenho
- Sim, painel de acompanhamento de resultados
- Não possui

87.1 Em caso afirmativo na questão 87, considerando a existência de planejamento ou painel, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

88. A Procuradoria (ou unidade equivalente) utiliza evidências, dados estatísticos, relatórios gerenciais ou jurimetria para subsidiar decisões estratégicas, priorização de demandas ou orientação jurídica preventiva?

- Sim, regularmente
- Sim, eventualmente
- Não

89. Há mecanismos formais de gestão do conhecimento, tais como banco de teses, modelos padronizados, repositório de pareceres, manuais, enunciados, orientações normativas ou publicações institucionais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Banco de teses institucionais
- Modelos padronizados de peças, pareceres ou minutas
- Repositório de pareceres
- Manuais ou guias internos
- Enunciados ou orientações normativas
- Publicação institucional periódica
- Não possui mecanismos formais

90. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui política de gestão de riscos jurídicos, fiscais, processuais, operacionais ou reputacionais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, política formal implementada e em operação
- Sim, em fase de discussão ou definição
- Não
- Não se aplica

91. A Procuradoria (ou unidade equivalente) mantém convênios, acordos de cooperação técnica ou parcerias interinstitucionais com outros entes ou órgãos para fortalecimento de sua atuação?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, com o Poder Executivo Estadual
- Sim, com o Poder Executivo Federal
- Sim, com o Poder Judiciário
- Sim, com o Ministério Público
- Sim, com Tribunais de Contas
- Sim, com a OAB ou instituições de ensino
- Sim, com outros Municípios, consórcios ou associações de procuradores
- Não mantém convênios ou cooperação
- Não se aplica

92. A Procuradoria (ou unidade equivalente) atua na prestação de assistência jurídica

gratuita à população do Município, diretamente ou por meio de convênio ou parceria?

- *Sim, diretamente*
- *Sim, por meio de convênio ou parceria com instituição de ensino ou entidade*
- *Não*
- *Não se aplica*

93. O Município possui programa de integridade (compliance), comitê de governança ou instância equivalente, e qual a participação da Procuradoria (ou unidade equivalente) nessas estruturas?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, e a Procuradoria participa ativamente*
- *Sim, mas a Procuradoria não participa formalmente*
- *Não possui programa de integridade ou comitê de governança*
- *Não se aplica*

94. A Procuradoria (ou unidade equivalente) desenvolve iniciativas de inovação institucional em áreas além da tecnologia?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, inovação em gestão estratégica*
- *Sim, inovação em governança e compliance*
- *Sim, inovação em gestão de pessoas*
- *Sim, inovação em sustentabilidade*
- *Sim, inovação em diversidade, equidade e inclusão*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 10 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

95. O Município estimula o aperfeiçoamento da formação profissional dos integrantes da carreira jurídica, por meio de participação em cursos, seminários ou eventos de capacitação em geral?

- *Sim, com regularidade*
- *Sim, eventualmente*
- *Raramente*
- *Não, nunca autorizou a participação*

96. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui Escola Institucional, Centro de Estudos ou unidade equivalente voltada à formação, pesquisa, produção técnico-jurídica e capacitação?

- *Sim, Escola Institucional formalmente criada*

- Sim, Centro de Estudos formalmente criado
- Sim, unidade ou programa informal de formação
- Não

97. O Município custeia total ou parcialmente cursos de especialização, mestrado, doutorado, formação complementar ou desenvolvimento de competências gerenciais/digitais para integrantes da Procuradoria?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, especialização/pós-graduação lato sensu*
- *Sim, mestrado*
- *Sim, doutorado*
- *Sim, cursos de curta duração ou formação complementar*
- *Sim, capacitação em competências gerenciais*
- *Sim, capacitação em competências digitais, tecnologia, IA ou jurimetria*
- *Não custeia*

98. Há programa de residência jurídica, estágio de pós-graduação, estágio de graduação ou formação prática supervisionada vinculado à Procuradoria (ou unidade equivalente)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Residência jurídica*
- *Estágio de pós-graduação*
- *Estágio de graduação em Direito*
- *Estágio de outras áreas de apoio técnico/administrativo*
- *Não possui*

99. A Procuradoria (ou unidade equivalente) realiza, incentiva ou divulga produção técnico-científica, publicações institucionais, boletins jurídicos, notas técnicas, eventos ou pesquisas voltadas ao Direito Público e à gestão municipal?

- *Sim, regularmente*
- *Sim, eventualmente*
- *Não*

EIXO 11 – PRERROGATIVAS, GARANTIAS FUNCIONAIS E REPRESENTAÇÃO ASSOCIATIVA

100. A legislação local prevê prerrogativas funcionais para os advogados públicos/procuradores do Município?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, independência técnico-funcional no exercício das atribuições*
- *Sim, inamovibilidade ou garantia de lotação*
- *Sim, irredutibilidade de subsídio ou vencimentos*

- *Sim, requisição de informações e documentos a órgãos públicos*
- *Sim, porte de identidade funcional com fé pública*
- *Não há prerrogativas previstas em legislação local*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

101. Os advogados públicos/procuradores do Município gozam de independência técnico-funcional na emissão de pareceres, manifestações e orientações jurídicas, sem subordinação hierárquica quanto ao conteúdo técnico?

- *Sim, há previsão normativa expressa de independência técnica*
- *Sim, independência é observada na prática, ainda que sem previsão normativa*
- *Não*
- *Não se aplica*

102. Há Associação, Sindicato ou entidade representativa dos Procuradores Municipais constituída no âmbito do Município ou da região?

- *Sim, associação municipal de procuradores*
- *Sim, sindicato ou entidade de classe*
- *Sim, filiação a associação estadual ou nacional (ex.: ANPM)*
- *Não*

EIXO 12 – DIVERSIDADE, EQUIDADE, INCLUSÃO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

103. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui políticas, diretrizes ou ações institucionais relacionadas a diversidade, equidade e inclusão?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, política formal implementada e em operação*
- *Sim, em fase de discussão ou definição*
- *Não*
- *Não se aplica*

104. A composição do quadro de advogados públicos/procuradores e equipes de apoio da Procuradoria (ou unidade equivalente) reflete representatividade de gênero, raça/etnia e pessoas com deficiência?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, há equilíbrio de gênero*
- *Sim, há representatividade racial/étnica*
- *Sim, há servidores com deficiência*
- *Não há dados ou monitoramento sobre representatividade*
- *Não se aplica*

105. A Procuradoria (ou unidade equivalente) adota medidas para garantir acessibilidade física e digital às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tanto para servidores quanto para o público externo?

- *Sim, acessibilidade física e digital*
- *Sim, apenas acessibilidade física*
- *Sim, apenas acessibilidade digital*
- *Não*
- *Não se aplica*

DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DAS RESPOSTAS

- *Declaro que as informações prestadas refletem os dados disponíveis no órgão/entidade respondente na data do preenchimento, ressalvadas as observações registradas.*

Nome do responsável pela validação:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do responsável pela validação:

- *Procurador-Geral*
- *Representante Legal*
- *Procurador*
- *Controle Interno*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*